



Delta 2 Energia S.A
(anteriormente
Potami Energia S.A.).
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018
e 2017

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
1. CONTEXTO OPERACIONAL	7
2. BASE DE PREPARAÇÃO	7
3. GESTÃO DE RISCOS	10
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS	12
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	13
6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	14
7. INVESTIMENTOS	14
8. IMOBILIZADO.....	15
9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS	16
10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	17
11. FORNECEDORES	19
12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	19
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES	19
14. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	20
15. PARTES RELACIONADAS	20
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	22
17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22
18. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS	23
19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	23
20. RESULTADO FINANCEIRO.....	24
21. COMPROMISSOS	24
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	25
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	27

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	740	228	8.531	2.911
Clientes	5	-	-	29.735	33.003
Dividendos a receber		6.231	-	-	-
Outros créditos	6	2.067	8.051	8.004	3.190
		9.038	8.279	46.270	39.104
Não circulante					
Caixa restrito	4	-	-	19.438	12.722
		-	-	19.438	12.722
Investimentos	7	144.697	131.354	-	-
Imobilizado	8	-	-	386.943	403.313
Intangível		-	-	813	848
		144.697	131.354	387.756	404.161
		144.697	131.354	407.194	416.883
Total do ativo		153.735	139.633	453.464	455.987

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Fornecedores	11	5	-	12.127	25.322
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	3.944	5.651	15.871	25.231
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	-	5	2.882	2.202
Outras obrigações	13	4.657	118	9.617	5.092
		8.606	5.774	40.497	57.847
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	30.036	31.866	296.392	292.795
Fornecedores	11	-	-	8	3.107
IRPJ e CSLL diferidos	14	-	-	1.223	-
Outras obrigações	13	-	-	251	245
		30.036	31.866	297.874	296.147
Total do passivo		38.642	37.640	338.371	353.994
Patrimônio líquido					
Capital social	16	90.656	90.656	90.656	90.656
Reservas de capital		876	876	876	876
Reservas de lucro		23.561	10.461	23.561	10.461
Total do patrimônio líquido		115.093	101.993	115.093	101.993
Total do passivo e patrimônio líquido		153.735	139.633	453.464	455.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados do exercício em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	17	-	-	100.964	110.391
Custos da operação, conservação e compras	18	-	-	(43.648)	(67.283)
Lucro bruto		-	-	57.316	43.108
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	19	(79)	(197)	(1.385)	(3.586)
Outras receitas (despesas) operacionais		45	-	808	-
Resultado de equivalência patrimonial	7	25.611	2.284	-	-
		25.577	2.087	(577)	(3.586)
Resultado operacional		25.577	2.087	56.739	39.522
Receitas financeiras	20	137	1.283	1.113	1.575
Despesas financeiras	20	(6.156)	(3.710)	(34.579)	(38.021)
		(6.019)	(2.427)	(33.466)	(36.446)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		19.558	(340)	23.273	3.076
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	(3.715)	(3.416)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		19.558	(340)	19.558	(340)

Demonstrações de resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.558	(340)	19.558	(340)
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total	19.558	(340)	19.558	(340)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucro líquido (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Em 1º de janeiro de 2017	116.720	876	424	10.438	-	128.458
Transações com acionistas						
Aumento de capital	150	-	-	-	-	150
Resgate de ações preferencias	(26.214)	-	-	-	-	(26.214)
Dividendos complementares	-	-	-	(61)	-	(61)
Destinação do resultado do exercício						
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(340)	(340)
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	-	-	-	(340)	340	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	90.656	876	424	10.037	-	101.993
Transações com acionistas						
Dividendos adicionais	-	-	-	(1.813)	-	(1.813)
Destinação do resultado do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.558	19.558
Reserva legal	-	-	978	-	(978)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(4.645)	(4.645)
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	13.935	(13.935)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	90.656	876	1.402	22.159	-	115.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	19.558	(340)	23.273	3.076
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	17.373	17.416
Resultado de equivalência patrimonial	(25.611)	(2.243)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debentures	4.983	2.743	29.109	29.156
Receita financeira de aplicações financeiras	(142)	-	(1.197)	(931)
Outros	896	-	924	-
	(316)	160	69.482	48.717
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	(758)	-	2.510	(26.344)
Outros créditos	6.602	317	(4.056)	1.198
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	5	-	(16.294)	10.063
Obrigações trabalhistas e tributárias	(5)	-	680	-
Outras contas a pagar	(106)	(1.062)	(117)	(3.092)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	5.422	(685)	52.205	30.542
Dividendos recebidos	1.937	-	-	-
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debentures	(3.186)	(301)	(27.429)	(21.264)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.492)	(3.416)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	4.173	(886)	22.284	5.862
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(965)	(216)
Aplicações financeiras	142	-	(5.519)	(3.880)
Aumento de capital social em controladas	-	(16.162)	-	-
Contratos com partes relacionadas	-	7.641	-	(526)
Redução de capital em controladas	4.240	-	-	-
Caixa aplicado (usado) nas atividades de investimentos	4.382	(8.521)	(6.484)	(4.622)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debentures	-	42.431	-	46.202
Pagamento de principal - empréstimos, financiamentos e debentures	(6.230)	(6.721)	(8.367)	(23.676)
Aumento de capital social	-	150	-	150
Redução de capital social com resgate de ações	-	(26.214)	-	(26.214)
Dividendos pagos	(1.813)	-	(1.813)	(61)
Caixa gerado (usado) nas atividades de financiamentos	(8.043)	9.585	(10.180)	(3.599)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	512	178	5.620	(2.359)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	228	50	2.911	5.270
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	740	228	8.531	2.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Delta 2 Energia S.A. ("Controladora") (anteriormente denominada Potami Energia S.A., razão social alterada conforme AGO do dia 30 de abril de 2018) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em São Paulo, na Avenida Juscelino Kubstischek, nº 1830, 6º. Andar, conjunto 62. A Delta 2 é uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração 1 S.A. Em 12 de maio de 2017 a OE&I1 passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração S.A. ("Omega"), por meio da integralização de suas ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Omega..

Fundada em 2011, a companhia detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A Delta 2 e suas controladas diretas ("Delta 2", "Grupo" ou "Companhia") operam 3 empreendimentos, denominados complexo Delta 2 ("UGC Delta 2"), com capacidade total instalada para geração de 74,8 MW de energia renovável, localizados nos estados do Piauí. A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A Delta 2 opera parques eólicos e gerencia suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa ("UGC").

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças; e

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 30 de março de 2019, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Delta 2 é o real ("BRL" ou "R\$"). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 10.

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures* e respectivas atividades agrupadas por unidade geradora de caixa (UGC) são as seguintes:

Controladas diretas	Localização das operações	Atividade	% Participação total	
			2018	2017
Porto do Delta Energia S.A. ("Porto do Delta")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca I Energia S.A. ("Testa Branca I")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca III Energia S.A. ("Testa Branca III")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e *joint venture* são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Omega.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações, que são aplicáveis à Companhia, estão descritos a seguir:

- **CPC48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros** – A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018, a CPC48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Este pronunciamento traz novas abordagens sobre a: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, (ii) perda por redução ao valor recuperável e (iii) contabilização de hedge.

Com base no histórico de instrumentos financeiros negociados pela Companhia, não foi identificado impacto no reconhecimento e mensuração, sendo mantidos os métodos de valor justo ou custo amortizado atualmente já utilizados.

Em relação às perdas de recuperabilidade sobre créditos, o CPC48/IFRS 9 requer a adoção de um modelo de perdas esperadas para o reconhecimento de *impairment* do contas a receber mensurado ao custo amortizado, seja por um período de 12 meses ou pela extensão da vida do ativo, em substituição ao modelo de perdas incorridas da IAS 39, contudo a Companhia não identificou impactos, dado o baixo nível de inadimplência da carteira de clientes, bem como as medidas para a gestão do risco de crédito adotadas pela Companhia de descritas na Nota 3.

- **CPC47/IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes** – A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018, a CPC47/IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes. Esse novo pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços. A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo das cinco etapas determinadas pelo CPC47/IFRS 9. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes para Companhia.

A Companhia analisou os demais novos pronunciamentos, normas e interpretações emitidas e aplicados pela primeira vez em 2018 e não identificou impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia avaliou as principais alterações advindas dos novos pronunciamentos contábeis e da revisão de pronunciamentos existentes emitidos pelo IASB/CPC até a data dessas demonstrações financeiras, mas que ainda não estão em vigor. Nessa avaliação, foi realizado o julgamento de quais alterações seriam relevantes para a Omega, quantitativa ou qualitativamente. Além da adoção do IFRS 16, detalhada a seguir, não existem outros pronunciamentos, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

- CPC06(R2)/IFRS 16 Arrendamento mercantil: Em janeiro de 2016, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e interpretações relacionadas. A IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, o arrendatário deve reconhecer um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo a IAS 17. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Este pronunciamento vigora para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia fará a transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicará os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019, reconhecendo um passivo de arrendamento e um ativo intangível decorrente dos direitos de uso. Sendo assim, não serão reapresentadas informações e saldos em base comparativa.

A nova política contábil para reconhecimento e mensuração dos arrendamentos inclui:

- Contratos cujos prazos sejam superiores a 12 meses;
- Operações cujos valores sejam superiores a R\$ 1 milhão; e
- Aplicação de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos, sendo essa taxa média dos contratos de empréstimos e financiamentos do Grupo;

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos. Esses foram os dados considerados para a adoção do IFRS 16, de acordo com a nova política contábil da Companhia vigente a partir de 1º de janeiro de 2019. Existem outros contratos de arrendamento, como por exemplo, veículos e pequenos imóveis, contudo não foram enquadrados dentro da política por possuírem baixo valor.

Dentro deste contexto espera-se que a adoção inicial da IFRS 16 impacte as demonstrações financeiras e processos internos. Os efeitos mais significativos estimados, que podem sofrer variações decorrentes da finalização dos cálculos quando do efetivo reconhecimento em 2019, se relacionam com:

Descrição	Estimativa do Impacto (*)					
	Adoção Inicial 2019	2020	2021	2022 a 2030	2031 a 2040	Após 2040
Reconhecimento de novos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento	19.273	-	-	-	-	-
Aumento do custo com depreciações e amortizações	628	628	628	5.648	6.275	5.439
Aumento das despesas financeiras decorrentes da recomposição do valor nominal do passivo	1.653	1.681	1.710	16.269	16.269	6.519
Redução do custo caixa de O&M pela cessação da contabilização do arrendamento operacional	1.329	1.351	1.376	15.009	22.218	22.063

(*) Os valores após a data de adoção demonstrados neste quadro consideram somente os contratos hoje vigentes, sem qualquer impacto de futuras aquisições ou ampliações de parques.

Os cálculos acima consideram uma taxa de desconto de 4,71% ao ano em termos reais, inflação projetada de 4% ao ano e prazo médio remanescente ponderado dos arrendamentos de 30,6 anos. Uma variação de

1 ponto percentual na taxa de desconto alteraria o valor justo do passivo em aproximadamente R\$1,9 milhões.

A Administração da Companhia entende que a redução do custo caixa de O&M e aumentado do custo de depreciação e juros a partir da adoção inicial deste pronunciamento não deverá gerar impacto material no resultado de equivalência patrimonial desta investida.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
2.5	Impactos do IFRS 16
8	Imobilizado
9	Teste de <i>impairment</i> e ativos não financeiros

3. GESTÃO DE RISCOS

A Delta 2 realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Delta 2, integrada à estrutura de gestão da sua controladora indireta Omega, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, pessoas e processos internos;
- **Riscos climáticos:** relacionados a estimativas de afluências e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;
- **Riscos de Mercado:** relacionados a preços, sazonalidade das receitas, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** Relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção ("O&M") de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir da eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende altamente dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, a Companhia terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode ter um custo elevado para a Companhia. A área gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Delta 2 e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco hidrológico e climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas (neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao preço de liquidação das diferenças ("PLD") (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo).

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos, financiamentos e debêntures e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, TJLP e índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação. Uma análise de sensibilidade sobre os impactos decorrentes desse risco está apresentada na Nota 22

A Delta 2 comercializa energia no ACR e no ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontração de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (*spot* ou PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito. No ACR, os clientes decorrem dos contratos provenientes dos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Delta 2 busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.531	2.911
Clientes	5	29.735	33.003
Caixa restrito	4	19.438	12.722
Total		57.704	48.636

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Delta 2 não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES, Debêntures emitidas e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Notas 10 e 21

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação individualmente. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou de mútuo para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 10.

3.6 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixos riscos na interrupção dos seus negócios. O valor total de cobertura de seguros é de aproximadamente R\$510 milhões. A Omega acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas à operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Bancos	70	29	3.561	1.027
Aplicações financeiras de liquidez imediata	670	199	4.970	1.884
Caixa e equivalentes de caixa	740	228	8.531	2.911
Caixa restrito	-	-	19.438	12.722
Total	740	228	27.969	15.633

Em 31 de dezembro de 2018, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, livres de IOF, lastreadas em Debêntures, com liquidez diária sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos do BNDES, descritos na Nota 10.

A remuneração média das aplicações financeiras de liquidez e caixa restrito em 31 de dezembro de 2018 foi de 96,31% do CDI (99,65% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuada pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável. A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 17.

	Consolidado	
	2018	2017
ACL		
Contabilização - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE"	16.038	23.996
Comercializadora, consumidores livres e transmissores	13.697	9.007
Total	29.735	33.003

Contas a receber ACL: representados por contas a receber de comercializadoras relativas a energia gerada pelos ativos de eólicos e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Contabilização CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE. Os valores observados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 reduziram em relação a 2017 decorre da compensação ocorrida em função de ajustes negativos no balanço energético do exercício.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2018 e 2017, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRRF/CSLL	1.183	1.160	2.074	1.964
Adiantamento a fornecedores	45	1	1.352	246
Partes relacionadas	81	6.890	3.504	220
Despesas a apropriar	-	-	316	760
Outros	758	-	758	-
Total	2.067	8.051	8.004	3.190

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 15.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Movimentação dos investimentos

	Controladora			Total
	Testa Branca I	Testa Branca III	Porto de Delta	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	44.481	30.788	37.680	112.949
Aumento de capital	6.659	6.325	3.178	16.162
Resultado de equivalência patrimonial	111	1.097	1.035	2.243
Saldos em 31 de dezembro de 2017	51.251	38.210	41.893	131.354
Dividendos complementares	-	(1.938)	-	(1.938)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.555)	(2.229)	(2.306)	(6.090)
Redução de capital	(1.196)	(1.352)	(1.692)	(4.240)
Resultado de equivalência patrimonial	6.542	9.371	9.698	25.611
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.042	42.062	47.593	144.697

7.2 Informações contábeis sobre os principais ativos e passivos e resultados das investidas

	Testa Branca I	Testa Branca III	Porto de Delta
Ativo circulante	12.934	19.793	18.414
Ativo não circulante	120.459	118.115	167.709
Passivo circulante	10.787	13.462	15.405
Passivo não circulante	65.949	79.754	121.282
Patrimônio líquido	55.042	42.062	47.593
Receita líquida	33.119	31.596	42.037
Lucro líquido	6.542	9.371	9.698

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo imobilizado está descrito na Nota 9.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

A composição e movimentação apenas para os saldos consolidados, conforme a seguir:

11.1 Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2018

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	397.896	5.261	43	113	403.313
Adições	204	-	(43)	842	1.003
Depreciação	(17.178)	(193)	-	(2)	(17.373)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	380.922	5.068	-	953	386.943
Custo histórico	419.303	5.513	-	959	425.775
Depreciação acumulada	(38.381)	(445)	-	(6)	(38.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	380.922	5.068	-	953	386.943

11.2 Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2017

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	414.970	5.450	-	52	420.472
Adições	107	2	43	64	216
Depreciação	(17.181)	(191)	-	(3)	(17.375)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	397.896	5.261	43	113	403.313
Custo histórico	419.099	5.513	43	117	424.772
Depreciação acumulada	(21.203)	(252)	-	(4)	(21.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	397.896	5.261	43	113	403.313

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia. Na Nota 10 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2018 são as seguintes:

UGC	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Taxa de depreciação	
			Edificações	Móveis e utensílios
UGC Delta 2	4,1%	-	3,4%	7,5%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Essa indicação pode se dar por fatores internos decorrentes da eficiência operacional dos ativos ou externas em função do cenário macroeconômico e do comportamento dos preços de energia elétrica.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, utilizando-se a metodologia do valor em uso, que consiste em apurar os fluxos de caixa futuros do ativo ao seu valor presente, utilizando o custo do capital, apurado por meio do WACC, para seu desconto. O teste de *impairment* é obrigatório quando houver ativo intangível com vida útil indefinida, conforme requer o CPC01.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o seu valor em uso, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável quando aplicável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia determina seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas: (i) disponibilidade dos recursos hídricos e eólicos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com contratos e as projeções disponíveis para o PLD; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa; e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

A Companhia possui apenas uma UGC, sendo apresentado abaixo um resumo dos saldos contábeis e a sua margem operacional:

UGC	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018			
	Imobilizado	Intangível	Ativo total	Margem operacional
UGC Delta 2	386.943	813	387.756	56%

Com base no quadro apresentado anteriormente, é possível verificar que os ativos apresentam margem operacional de 56%. A Companhia mantém modelos internos de projeção dos fluxos de caixa dessa UGC para auferir o seus valores recuperáveis, os quais consideram a capacidade instalada de geração do empreendimento, bem como taxas de desconto que variam de 5,73% a.a. até 7,22% a.a. em termos reais. A análise do resultado das projeções, das margens operacionais descritas acima, bem como os indicadores financeiros da UGC denotam que não há indícios internos que os ativos possam estar com dificuldade em sua recuperação. A Companhia também não identificou fatores externos que indicassem existência de desvalorização dessa unidade. Dessa forma, a Companhia concluiu não ser necessário realizar a apuração do valor recuperável para fins de teste de *impairment*.

Não há ativos intangíveis com vida útil indefinida nas UGCs.

A Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos, financiamento e debêntures são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

10.1 Composição do saldo

	Consolidado					
	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Contratos BNDES	11.955	19.609	266.734	261.335	278.689	280.944
Debêntures	4.018	5.722	29.702	32.430	33.720	38.152
	15.973	25.331	296.436	293.765	312.409	319.096
Custo de transação	(102)	(100)	(44)	(970)	(146)	(1.070)
Total	15.871	25.231	296.392	292.795	312.263	318.026

O saldo apresentado para a controladora refere-se ao valor das debentures e de seus respectivos custos de captação no montante total líquido de R\$37.516.

Os contratos da Companhia referem-se substancialmente a financiamentos obtidos junto ao BNDES, bem como debêntures emitidas. Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

UGC	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	2018	2017
UGC Delta 2	BNDES	Janeiro/2033	mensal	TJLP + 2,18% a 2,48%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	278.689	280.943
UGC Delta 2	Debêntures	Dezembro/2026	semestral	IPCA + 7,37%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	33.720	38.152
						312.409	319.096

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2018 era de 8,02 anos e 9,34% a.a.

10.2 Movimentação do saldo

				Consolidado
	Principal	Encargos	Custo de transação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	317.945	1.151	(1.070)	318.026
Pagamento de principal	(8.367)	-	-	(8.367)
Encargos financeiros pagos	-	(27.429)	-	(27.429)
Encargos financeiros provisionados	-	29.109	-	29.109
Amortização de custo de transação	-	-	924	924
Saldos em 31 de dezembro de 2018	309.578	2.831	(146)	312.263

10.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamento futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2019	13.196	30.297	43.493
2020	14.098	31.631	45.729
2021 a 2023	52.453	99.104	151.557
2024 a 2026	71.056	87.401	158.457
2027 a 2029	68.143	30.451	98.594
2030 a 2031	55.368	10.361	65.729
Após 2031	35.264	1.723	37.106
	309.578	290.968	600.665

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal e juros, inflação e dos juros contratuais.

10.4 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais a um *Project Finance*, incluindo: contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária

10.5 Covenants Financeiros

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses *covenants* pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Na tabela a seguir, demonstramos os *covenants* exigidos em 31 de dezembro do grupo por UGC:

	ICP	ICSD	Índice financeiro
UGC Delta 2	≥ 25%	≥ 1,3	N.A.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e as UGCs encontravam-se integralmente adimplente em relação aos seus respectivos *covenants*. O cálculo do atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	2018
Geração de caixa das atividades (a)	70.397
(+) Lucro líquido	19.558
(+) resultado financeiro	33.466
(+) depreciações e amortizações	17.373
Serviço da dívida (b)	35.823
Amortização de principal	8.397
Pagamento de juros	27.429
ICSD auferido (a)/(b)	1,97

11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2018	2017
Fornecedores de equipamentos	100	15.555
Fornecedores O&M e serviços gerais	9.537	617
Compra de energia	2.498	12.257
	12.135	28.429
Apresentados no passivo:		
Circulante	12.127	25.322
Não circulante	8	3.107

Fornecedores de equipamentos: decorrem do saldo de pagamentos pós *completion* de aerogeradores e serviços de construção civil dos parques eólicos.

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização¹ de cada unidade.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante aos órgãos competentes.

Saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentados a seguir

	Consolidado	
	2018	2017
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	784	1.088
Impostos a pagar	1.634	679
Tributos retidos sobre terceiros	464	435
	2.882	2.202

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Dividendos	4.645	10	4.645	10
Partes relacionadas	12	38	4.175	3.274
Provisão para descomissionamento	-	-	76	70
Provisões diversas	-	25	727	1.142
Outros	-	45	245	841
	4.657	118	9.868	5.337
Apresentados no passivo:				
Circulante	4.657	118	9.617	5.092
Não circulante	-	-	251	245

¹ O processo de sazonalização para fins de lastro na CCEE define os montantes mensais que serão utilizados na aferição dos ajustes dos agentes em relação à venda de energia e sua geração.

14. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política contábil

O Grupo possui empresas tributadas pelo regime do lucro real e presumido. A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação.

As empresas tributadas pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas. As empresas tributadas pelo lucro real, auferem seu lucro com base no resultado contábil, ajustado por despesas ou receitas cuja tributação não é permitida ou exigida, temporária ou permanentemente. Os tributos são calculados à alíquota de 34% sobre o resultado tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados nas operações tributadas pelo lucro real, limitados a 30% do lucro tributável auferido no exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados, quando aplicável. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

O saldo do passivo na rubrica IRPJ e CSLL diferido no passivo refere-se a constituição do diferido da diferença na tributação pelo regime de caixa e competência.

14.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	23.273	3.076
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(7.913)	(1.046)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa	(2.070)	(882)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	6.268	(1.440)
Outros	-	(48)
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	(3.715)	(3.416)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	15,96%	111,05%

15. PARTES RELACIONADAS

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da controladora indireta Omega e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon (gestor do grupo de fundos de investimentos controladores de Omega), envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária pela Companhia.

15.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

15.1.1 Controladora

	2018				2017	
	Ativo circulante		Passivo circulante		Ativo circulante	Passivo circulante
	Dividendos a receber	Outros créditos	Outras obrigações	Dividendos a pagar	Outros créditos	Outras obrigações
Controladora	-	-	-	4.645	1.317	2.771
UGC Delta 1	-	-	-	-	2.187	196
Asteri (UGC Gargau e Pipoca)	-	-	-	-	-	2
UGC Delta 2	6.231	81	12	-	-	-
UGC Delta 3	-	-	-	-	-	1.206
	6.231	81	12	4.645	3.504	4.175

15.1.2 Consolidado

	2018				2017				
	Ativo circulante		Passivo circulante		Ativo circulante		Passivo circulante		
	Clientes	Outros créditos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Outras obrigações	Clientes	Outros créditos	Fornecedores	Outras obrigações
Controladora	-	27	1	4.645	812	-	-	-	1.289
UGC Delta 1	82	2.165	-	-	195	383	-	-	13
UGC Delta 2	-	-	5	-	1.148	-	-	-	-
UGC Delta 3	189	91	96	-	42	-	217	-	1.708
Hidrelétrica Pipoca	-	-	-	-	2	-	-	-	2
UGC Gargau	-	-	-	-	2	-	-	-	1
UGC Serra das Agulhas	748	-	1.930	-	-	1.176	-	1.943	2
UGC Indaiás	295	-	-	-	-	183	-	-	3
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	8	-	29	-	-	-	118
Comercializadora	9.325	1.221	8.215	-	1.945	1.744	-	8.378	135
	10.639	3.504	10.255	4.645	4.175	3.486	217	10.321	3.271

15.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

15.2.1 Controladora

	2017
	Resultado financeiro
UGC Delta 2	1.156
Total	1.156

15.2.2 Consolidado

	2018			2017		
	Custos da operação, conservação e compras	Receita operacional líquida	Administrativas, pessoal e gerais	Custos da operação, conservação e compras	Receita operacional líquida	Administrativas, pessoal e gerais
Controladora	-	-	1.498	-	-	729
UGC Delta 1	123	222	294	191	755	-
UGC Delta 2	-	-	1	-	-	575
UGC Delta 3	-	523	-	-	10.020	289
Hidrelétrica Pipoca	-	-	-	-	1.176	-
UGC Serra das Agulhas	-	842	-	5.543	-	-
UGC Indaiás	-	298	-	-	522	1
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	125	-	-	97
Comercializadora	7.776	10.871	(337)	20.418	-	84
	7.899	12.756	1.581	26.152	12.473	1.775

A Controladora garante obrigações financeiras relativas a contratos financeiros e fianças de suas controladas. No âmbito das demonstrações financeiras consolidadas, essas garantias não aumentam a exposição da Companhia à fianças e garantias apresentadas na Nota 10.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, quando aplicável.

16.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$90.656.185,14, representado por 134.285.590 ações ordinárias e 6.040.350 ações preferenciais. As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora Omega Geração 1 S.A.

Em assembleia geral extraordinária de 26 de dezembro de 2018 foi deliberado as seguintes ordens:

1. Aprovar a alteração do dividendos mínimo obrigatório da Companhia de 2% para 25% do lucro líquido do exercício;
2. a distribuição dos dividendos mínimos no montante de R\$ 1.813.

16.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2018 é a seguinte:

Proposta da Administração	2018
Lucro líquido do exercício	19.558
(-) Reserva legal 5%	(978)
(=) Lucro líquido ajustado	18.580
Destinação dos resultados	
Dividendos obrigatórios – 25%	4.645
Parcela destinada a reserva de lucros a realizar	13.935

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas² informadas pela CCEE.

² As perdas elétricas associadas ao transporte da energia elétrica no SIN, por meio da Rede Básica, provocam um desequilíbrio entre a produção e o consumo total de energia coletada pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018		Consolidado 2017	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Vendas no ACL	82.178	364.678	75.772	380.919
Contabilização CCEE	10.130	57.529	29.417	26.577
Partes relacionadas	12.756	72.580	12.475	99.663
Impostos	(4.100)	-	(7.273)	-
	100.964	494.787	110.391	507.159

18. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado	
	2018	2017
Compra de energia	(17.819)	(44.649)
Depreciação e amortização	(17.369)	(17.375)
O&M	(5.262)	(4.597)
Encargos regulatórios	(2.769)	(2.318)
Crédito de Pis e Cofins sobre custos	-	2.136
Outros	(429)	(480)
	(43.648)	(67.283)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia.

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas de pessoal, geral e administrativa	(27)	(30)	(1.008)	(2.611)
Depreciação e amortização	-	(41)	(4)	(41)
Outras	(52)	(126)	(373)	(934)
	(79)	(197)	(1.385)	(3.586)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	142	1.169	1.197	1.388
Outras receitas	2	198	(77)	292
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(7)	(84)	(7)	(105)
	137	1.283	1.113	1.575
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.983)	(2.743)	(29.109)	(29.156)
IOF	(135)	(184)	(136)	(234)
Comissão sobre fiança	(951)	(585)	(3.549)	(4.351)
Custo de transação	(66)	-	(92)	-
Outras despesas	(21)	(198)	(1.693)	(4.280)
	(6.156)	(3.710)	(34.579)	(38.021)
Resultado financeiro líquido	(6.019)	(2.427)	(33.466)	(36.446)

21. COMPROMISSOS

Política contábil

A Companhia participa de transações de arrendamentos mercantis operacionais relacionado ao uso de terreno onde estão instalados seus parques eólicos. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e a Omega não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

Os pagamentos relativos aos arrendamentos de terras são reconhecidos no resultado como custo da operação pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

27.1 Contratos de arrendamentos

Durante o exercício de 2018, o montante de R\$4.330 (R\$3.096 no exercício de 2017) relativo aos arrendamentos de terrenos foi reconhecido no resultado, na rubrica de custo de operação e manutenção.

Os pagamentos futuros projetados em termos reais de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	UGC Delta 2
2019	1.301
2020	1.157
2021	1.103
2022	1.103
2023	1.102
Após 2024	27.844
Total	33.610

27.2 Contratos de manutenção dos ativos (O&M)

A Companhia mantém contratos de longo prazo para a manutenção de seus ativos operacionais, destacando-se a manutenção dos aerogeradores ("WTG's - Wind Turbine Generators") e a manutenção dos sistemas auxiliares das usinas ("BoP"). Esses contratos determinam valores fixos anuais, crescentes de acordo com a curva da vida útil dos ativos, corrigidos monetariamente pelo IPCA, com prazos geralmente de 10 anos.

Os pagamentos futuros projetados em termos reais são apresentados a seguir:

UGC Delta 2	
2019	4.470
2020	6.162
2021	6.668
2022	6.750
Após 2023	25.650
Total	49.700

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Omega transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	2018	2017	Consolidado Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	8.531	2.911	A
Caixa restrito	19.438	12.722	A
Clientes	29.735	33.003	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	312.263	318.026	A
Fornecedores	12.135	28.429	A

A – Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Potami Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Potami Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Potami Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 30 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
2SP034519/O-6



Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7